



CONSELHO REGIONAL DE ENGENHARIA E AGRONOMIA DO RIO GRANDE DO SUL - CREA-RS
SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL - ÓRGÃO DE FISCALIZAÇÃO DA ENGENHARIA E DA AGRONOMIA
Rua São Luís, 77 - Bairro Santana | Porto Alegre (RS) | CEP 90620-170 | Fone: (51) 3320-2100
- www.crea-rs.org.br

DECISÃO

Processo nº 2023028203

PLENÁRIO DO CONSELHO REGIONAL DE ENGENHARIA E AGRONOMIA DO RIO GRANDE DO SUL – CREA-RS

Decisão N.: PL/RS-548/2023

Sessão: Plenária Ordinária n.º 1.846

Data: 10 de novembro de 2023.

Interessado: Comissão de Análise de Processos de Recurso ao Plenário - CAPR

Ementa: Conhece o recurso do autuado para, no mérito, **dar-lhe** provimento.

O Plenário do Conselho Regional de Engenharia e Agronomia do Rio Grande do Sul - CREA-RS, apreciando o processo em epígrafe que trata de recurso interposto ao Plenário pelo interessado, autuado mediante Auto de Infração por NÃO CUMPRIR A LEGISLAÇÃO SOBRE O SALÁRIO MÍNIMO DA CATEGORIA, REFERENTE AO CONTRATO DE TRABALHO FIRMADO COM O ENGENHEIRO MECÂNICO PATRICK LAGUNA MONTICELLI, EM INFRINGÊNCIA A LEI FEDERAL 5194/66, segundo os termos descritos pelo serviço de fiscalização do Conselho e, **considerando** que o supracitado processo foi objeto de análise pela **Comissão de Análise de Processos de Recurso ao Plenário (CAPR)**, organismo instituído pela Decisão n. PL/RS-196/2012, de 9 de novembro de 2012, em sua 5ª Reunião do ano de 2023, transcorrida no dia 9 de novembro de 2023, às 14h por videoconferência, em Porto Alegre, Estado do Rio Grande do Sul, **DECIDIU**, por unanimidade, aprovar o relatório e voto fundamentado proferido pelo Conselheiro relator, **MARCELO PELISOLI HOLZ**, nos seguintes termos: Considerando que a Lei Federal nº 4.950-A, de 22 de abril de 1966, a qual “dispõe sobre a remuneração de profissionais diplomados em Engenharia, Química, Arquitetura, Agronomia e Veterinária”, estabelece, no seu art. 2º, que o salário mínimo fixado pela presente Lei é a remuneração mínima obrigatória por serviços prestados pelos profissionais, com relação de emprego ou função, qualquer que seja a fonte pagadora. Considerando o art. 82, da Lei nº 5.194, de 1966, que define: “As remunerações iniciais dos engenheiros, arquitetos e engenheiros agrônomos, qualquer que seja a fonte pagadora, não poderão ser inferiores a 6 (seis) vezes o salário mínimo da respectiva região.” Considerando que a Resolução nº 397, de 11 de agosto de 1995, do Confea, ao dispor sobre a fiscalização do cumprimento do Salário Mínimo Profissional, estabelece: “Art.1º - É de competência dos Creas a fiscalização do cumprimento do Salário Mínimo Profissional. Art. 2º - O Salário Mínimo Profissional é a remuneração mínima devida, por força de contrato de trabalho que caracteriza vínculo empregatício, aos profissionais de Engenharia, Arquitetura, Agronomia, Geologia, Geografia, Meteorologia e Tecnólogos, com relação a empregos, cargos, funções, atividades e tarefas abrangidos pelo Sistema Confea/Creas, desempenhados a qualquer título e vínculo, de direito público ou privado, conforme definidos nos arts. 3º, 4º, 5º e 6º da Lei nº 4.950-A, de 22 de abril de 1966, no Art. 82 da Lei nº 5.194, de 24 de dezembro de 1966 e no Art. 7º, inciso XVI, da Constituição Federal, sob regime celetista. Art. 8º - O não cumprimento da legislação sobre o Salário Mínimo Profissional detectado, quer diretamente, quer através de denúncia comprovada de profissionais, interessados ou das Entidades de Classe, importará na lavratura de Autos de Infração pelos Creas, por infringência da Lei nº 4.950-A, de 22 de abril de 1966, do Art. 82 a Lei nº 5.194, de 24 de dezembro de

1966. Art. 10 - A penalidade correspondente aos demais casos por infração aos dispositivos desta Resolução será fixada pela alínea "a" do Art. 73 da Lei nº 5.194, de 24 de dezembro de 1966." Considerando que dos arts. 5º e 6º da Lei 4.950-A/66 percebe-se claramente que o salário profissional é de seis salários para 06 horas, uma vez que as horas excedentes à referida jornada seriam remuneradas à razão de 25%. (Parecer Jurídico 514/2010 – Crea-RS). Considerando que, no que tange ao percentual, a razão de 25% foi revogada pela Constituição Federal de 1988, a qual fixou a remuneração da hora extra em no mínimo 50% do valor da hora normal. (Parecer Jurídico 514/2010 – Crea-RS) . Considerando que pela aplicação do critério acima exposto, exceto as hipóteses de fracionamento, para uma jornada de horas diárias de trabalho, corresponde uma remuneração de salários mínimos. Considerando que o regime jurídico existente na relação de emprego é o da CLT – Consolidação das Leis do Trabalho, estando o mesmo subordinado a Lei nº 4950-A/66. Considerando que a autuação atende ao disposto no art. 11 da Resolução do Confea nº 1008, de 2004, que dispõe sobre os procedimentos para instauração, instrução e julgamento dos processos de Infração e aplicação de penalidades. Considerando que o salário mínimo profissional é a remuneração preestabelecida para um contrato de caráter permanente, constituindo-se na contraprestação por parte do empregador, pelos serviços prestados por determinado profissional em determinada atividade técnica. Considerando a defesa apresentada do autuado em que sustenta "*Espero que esta mensagem encontre todos bem. Na data de 24 de março de 2023 recebemos o Termo de Requisição de Documentos e Providências Nº 269142, onde o mesmo solicitava comprovação de remuneração do Engenheiro Patrick Laguna Monticelli, emitido pelo agente fiscal Rogério de Oliveira da Inspeção do Crea de São Leopoldo. Ao entrarmos em contato com o Agente Fiscal via telefone, nos foi informado que a remuneração que constava no primeiro contrato apresentado ao Crea para anotar o engenheiro Patrick como responsável técnico não estava de acordo com a legislação, cabe salientar que a remuneração que estamos tratando é para Responsável Técnico de Cargo e Função e não de relação de empregado via CLT. Então procedemos a regularizar a situação conforme a Tabela I - Orientação resumida das câmaras especializadas para anotação dos responsáveis técnicos referentes à carga horária e respectivos salários mínimos por ocasião do registro das empresas (Embasamento Legal: Lei 4.950-A/1966, Inciso XVI do Art. 7º, da Constituição Federal Brasileira e Parecer n. 514/2010 do Departamento Jurídico do Crea-RS). Então redigimos um novo contrato na data de 11 de abril de 2023 onde foi ajustado a remuneração, o qual enviaremos em anexo na íntegra. Ocorre, que respondemos ao e-mail sao.leopoldo@crea-rs.org.br na data 13 de abril de 2023, após orientações do Sr Thiago de Miranda através do endereço thiago@crea-rs.org.br entregamos todos os documentos num e-mail final dirigido a sao.leopoldo@crea-rs.org.br. A troca de e-mail também anexaremos como forma de comprovação. Salientamos então que o ajuste do contrato já havia sido feito em abril, conforme mencionado anteriormente.*" **Voto:** Da análise do recurso apresentado constata-se que a pessoa jurídica autuada apresentou documentação comprovando a sua regularidade junto ao Crea, no tocante ao Salário Mínimo Profissional. Assim sendo, sou pelo arquivamento do Auto de Infração, com a extinção da multa imposta. **Presidiu a Sessão o Engenheiro Civil JOÃO LUIS DE OLIVEIRA COLLARES MACHADO, Presidente em Exercício do CREA-RS. Presentes os conselheiros** Adelir José Strieder, Alberto Stochero, Alexandre Zillmer, André Santana Stolaruck, Angélica de Oliveira Henriques, Artur Pereira Barreto, Carlos Renato Barbosa da Silva, Carlos Roberto Santos da Silveira, Cláudia Diehl, Claudio Akila Otani, Cristiano Vitorino da Silva, Cynthia Viera Bonatto, Donário Rodrigues Braga Neto, Dorli Pereira da Silva, Eduardo de Brito Souto, Emilio Luis Silva dos Santos, Fabiano Dornelles Ramos, Fernanda Pacheco, Hilário Pires, Hilário Thevenet Filho, Itauana Giongo Remonti, José Luiz Garcias, Jose Luiz Tragnago, José Ubirajara Martins Flores, Juarez Morbini Lopes, Leonardo Gonçalves Cera, Lia Maria Herzer Quintana, Luiz Antonio Bragança da Cunda, Marcelo Suarez Saldanha, Marcelo Zunino, Marco Antonio Lhullier Moreira, Marcos Wetzel da Rosa, Matheus Stapassoli Piato, Otto Willy Knorr, Plínio Luiz Cerutti Júnior, Roberto Carlos Beal, Rogério Peracchia Machado, Roselaine Cristina Mignoni, Sandro Donato Pavanatto Cerentini, Vitor Paulo Campos dos Santos, Vulmar Silveira Leite, Adão Roberto Rodrigues Villaverde, Adriano Agnoletto de Oliveira, Adriano Locatelli da Rosa, Aldo Juliano Zamberlan Maraschin, André Kraemer Souto, Antonio Alcindo Medeiros Piekala, Antonio Sergio do Amaral, Ari Henrique Uriartt, Caroline Daiana Raduns, Cassiano Machado da Silva, Cibele Rosa Gracioli, , Derli João Siqueira da Silva, Diogo Adriano Barboza, Edgar Bortolini, Eduardo Noll, Fernando Luis Carvalho da Silva, Fernando Machado Pfeifer, Fernando Martins Limongi, Flavio Thier, Guilherme Pantaleão da Silva Priebe, Gustavo Reisdorfer, Helécio Dutra de Almeida, Ivo Germano Hoffmann, Jerson José Spohr, Jorge Alberto de Souza Cunha, José Ângelo Moren dos Santos, Kleber Trindade Rigon, Lauro Mario, Leandro Franco Taborda,

Leandro Nunes de Souza, Liana Sarturi de Freitas, , Luciano Roberto Grando, Luís Ferrari Borba, Luiz Antonio Ratkiewicz, Luiz Carlos Karnikowski de Oliveira, Luiz Fernando Gerhard, Luiz Geraldo Cervi, Márcia Eidt, Marino Jose Greco, Orlando Pedro Michelli, Rafael Sobroza Becker, Regis Sivori Silva dos Santos, Ricardo Giacomello Cobalchini, Ricardo Teobaldo Antoniazzi, Robert da Silva Trindade, Roque Rutili, Thiago Dias Ribeiro e Vinicius Leonidas Curcio. **Abstiveram-se de votar os conselheiros** Ronaldo Hoffmann e Nelson Agostinho Burille.

Registre-se. Cumpra-se. Divulga-se.



Documento assinado eletronicamente por **MARIA BEATRIZ PEREIRA VELHO, Apoio Administrativo**, em 14/11/2023, às 14:39, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



Documento assinado eletronicamente por **SANDRA REGINA LOPES, Chefe de Núcleo**, em 14/11/2023, às 17:02, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



Documento assinado eletronicamente por **RODRIGO DA SILVEIRA SOARES, Gerente**, em 14/11/2023, às 17:03, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



Documento assinado eletronicamente por **JOÃO LUIS DE OLIVEIRA COLLARES MACHADO, Presidente em Exercício**, em 14/11/2023, às 17:29, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site <http://sei.crea-rs.org.br/validar.html>, informando o código verificador **1929579** e o código CRC **4A3FF3AF**.